

PERCEPÇÃO DE CONTADORES SOBRE EDUCAÇÃO CONTÁBIL: IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA

ELIZÂNGELA MARIA COSTA PIMENTEL¹
NELSON LAMBERT DE ANDRADE²

RESUMO

Esta pesquisa objetivou identificar informações que caracterizam o ensino da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), com a finalidade de avaliar como essa área do conhecimento é apresentada no curso de Ciências Contábeis e em que aspectos o perfil e as expectativas dos estudantes se relacionam com as propostas pedagógicas do curso investigado. Desta forma, foram coletados dados referentes à percepção dos contadores, bacharéis graduados em Instituições de Ensino Superior (IES), particularmente do Sul de Minas Gerais, sobre as implicações no curso de Ciências Contábeis, devido ao processo de convergência das normas e práticas brasileiras às internacionais. O estudo se caracterizou em pesquisa exploratória, iniciado com um levantamento bibliográfico e documental. Aplicou um questionário estruturado, por meio da plataforma *Google Forms*, envolvendo conceitos de ensino aprendizagem referentes à CASP. Acatando a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em respeito à dignidade do ser humano e proteção aos participantes da pesquisa o projeto foi autorizado pelo Comitê de Ética e Pesquisa. Finalmente, foi de suma importância recorrer ao histórico da educação profissional brasileira, o que possibilitou entender os motivos do surgimento e da evolução do ensino comercial no Brasil, sendo alcançada uma compreensão melhor do surgimento das exigências curriculares promovidas pelo Ministério da Educação que aprimorou a formação do profissional contábil. Por fim, confirmou-se, conseqüentemente, a necessidade de uma reorientação curricular no que se refere à quantidade de horas oferecidas, bem como, ao conteúdo curricular constante do ementário pesquisado, na maioria das IES.

Palavras-Chave: Convergência. Currículo. Educação. Formação. Harmonização.

¹ Mestra em Educação pela Universidade do Vale do Sapucaí. Coordenadora Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade do IFSULDEMINAS.

² Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisador da PUC SP. Docente do mestrado em Educação da Universidade do Vale do Sapucaí – Univás.

**PERCEPTION OF ACCOUNTANTS ABOUT ACCOUNTING EDUCATION:
IMPLICATIONS IN PRACTICE**

ABSTRACT

This research aimed to identify information that characterizes the teaching of Applied Accounting to the Public Sector (AAPS), with the purpose of evaluating how this area of knowledge is presented in the Accounting course and in which aspects the profile and expectations of students relate to the pedagogical proposals of the investigated course. In this way, data were collected regarding the perception of accountants, graduates from Higher Education Institutions (HEI), particularly in the south of Minas Gerais, about the implications for the Accounting course, due to the convergence process of Brazilian standards and practices to international standards. The study was characterized by exploratory research, started with a bibliographic and documentary survey. It applied a structured questionnaire, through the Google Forms platform, involving concepts of teaching and learning referring to AAPS. In compliance with Resolution No. 466/12 of the National Health Council (NHC), with respect for human dignity and protection for research participants, the project was authorized by the Ethics and Research Committee. Finally, it was extremely important to draw on the history of Brazilian professional education, which made it possible to understand the reasons for the emergence and evolution of commercial education in Brazil, achieving a better understanding of the emergence of the curricular requirements promoted by the Ministry of Education that improved the training accounting professional. Finally, it was confirmed, consequently, the need for a curricular reorientation with regard to the number of hours offered, as well as the curriculum content contained in the surveyed survey, in most institutions.

Keywords: Convergence. Resume. Education. Training. Harmonization.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo baseia-se em uma pesquisa de mestrado acadêmico em educação, cujo tema: a percepção de contadores sobre educação contábil e suas aplicações na gestão pública. Pretendeu-se a partir das análises, dos dados coletados, identificar informações que caracterizam o ensino da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), com a finalidade de avaliar como essa área do conhecimento é apresentada em alguns cursos de Ciências Contábeis e em que aspectos o perfil e as expectativas dos estudantes se relacionam com as propostas pedagógicas dos cursos investigados.

Desta forma, foram coletados dados referentes à percepção dos contadores, bacharéis graduados em algumas das Instituições de Ensino Superior (IES), particularmente do Sul de Minas Gerais, sobre as implicações no curso de Ciências Contábeis do processo de convergência das normas e práticas brasileiras às internacionais.

Além disso, este estudo contempla a influência dos conteúdos programáticos da unidade curricular CASP ministrados nos cursos de graduação de Ciências Contábeis, no desempenho profissional dos formados.

Destaca-se que o contador que atua no setor público se difere muito pouco do contador do setor privado. No entanto, há uma peculiaridade marcante, visto que o contador público é generalista e não específico. Isso significa que muito provavelmente este profissional que atua no setor público não irá se especializar em apenas uma só área, como nos impostos devidos por entes públicos, ou na folha de pagamento de um município, por exemplo. Ele é considerado um profissional pluralista, uma vez que incorpora conhecimentos da administração pública na área tributária, de pessoal, políticas públicas, previdenciária, intermediação de captação de recursos externos e gerenciamento da dívida.

A relevância da presente pesquisa justifica-se nas transformações ocorridas na qualidade da formação do profissional contábil, inclusive com a adoção das práticas das normas internacionais nos cursos de graduação em Ciências Contábeis, IES particularmente da região do Sul de Minas Gerais, nas quais os profissionais

participantes desta pesquisa concluíram suas graduações. Diante do contexto no qual os profissionais estão inseridos, faz-se necessário que o estudante de contabilidade ao concluir a graduação tenha conhecimento técnico suficiente para ingressar no mercado de trabalho.

No entanto, este ambiente de mudanças também se reflete nas áreas governamentais, e de forma específica, na contabilidade aplicada ao setor público, eixo desta pesquisa. Dessa maneira, faz-se necessário saber se as IES que formam estes profissionais estão adequadas a esse novo cenário, se os cursos ofertados estão com suas ementas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e propostas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Ainda assim, a partir das transformações econômicas e sociais que surgiram no século XXI, a contabilidade se tornou uma área que proporciona várias oportunidades para o profissional contábil, o qual deve possuir uma formação fundamentada e sólida. Dessa maneira, Cardoso (2017, p. 14) considera que a adequada formação do profissional de contabilidade que atua na área pública é essencial para o exercício da profissão, pois as IES “tem o papel de prover o ensino considerando a amplitude da Ciência Contábil, com vistas à obtenção da excelência no processo de ensino”.

Desse modo, os profissionais de contabilidade devem promover fortes mudanças em suas atividades laborais em virtude das exigências legais e profissionais, uma vez que precisam estar atentos e buscar se adequarem à nova normatização e executar suas atividades de acordo com a legislação.

Nesse contexto, de acordo com Silva, Cajaiba e Farias (2019) as alterações conceituais contábeis sugere uma formação de excelência aos profissionais e torna ainda maior a responsabilidade das IES no desenvolvimento de habilidades e competências esperadas de tais profissionais. Por sua vez, os avanços na área de formação acadêmica estão cada vez mais acelerados, assim sendo, os cursos de graduação em ciências contábeis que quiserem perenizar sua existência terão que evoluir, atualizando constantemente o seu currículo para acompanhar as mudanças.

Necessário enfatizar que entre outros fatores importantes, as IES de graduação em Contabilidade devem oferecer conteúdos programáticos atualizados e coerentes com as necessidades do setor público, para que seus egressos possam desempenhar de maneira apropriada suas atividades.

A metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa partiu de levantamento bibliográfico utilizado na construção do referencial teórico, quanto aos fins, a pesquisa foi do tipo exploratória, pois busca identificar, descrever, analisar e compreender as implicações no ensino superior de Ciências Contábeis em face ao processo de convergência das normas e práticas brasileiras às internacionais. Sendo utilizados como material de pesquisa livros, revistas científicas, teses, dissertações e legislações, sejam atuais ou da época abordada.

Portanto, em relação aos meios de obtenção dos dados, a pesquisa também tem a natureza documental, uma vez que se utilizou, como base em dados, dos conteúdos programáticos, projetos pedagógicos de cursos de graduação em Ciências Contábeis, de algumas IES do Sul de Minas Gerais, com o intuito de avaliar se os conteúdos da CASP contemplam as alterações previstas em legislações e normas internacionais.

A pesquisa de campo foi efetuada diante de uma abordagem qualitativa, com coleta dos dados pela utilização de um instrumento em formato de questionário com questões estruturadas, na plataforma *Google Forms*, utilizando estruturas e tecnologias gratuitas para essas tarefas. E, quantitativa, tendo em vista que foram utilizados métodos estatísticos descritivos para elaboração, tratamento e apresentação dos dados. Foram analisadas ainda as similaridades entre os currículos de análise propostos de forma de inteirar-se sobre o grau de atualização da ementa do componente curricular CASP.

2 EDUCAÇÃO CONTÁBIL

Adiante, delineamos algumas anotações sobre o Ensino Superior e o Ensino da Ciência Contábil no Brasil, os conceitos básicos que a fundamentam como ciência e como um sistema de informação de controle do patrimônio, bem como, currículo do curso de graduação em Ciências Contábeis e o Ensino da CASP no Brasil.

A contabilidade é uma ciência social aplicada, o que significa dizer que ela foi concebida e desenvolvida para atender aos aspectos de mensuração monetária, registro e controle da vida patrimonial das pessoas e das entidades.

O ensino da contabilidade como hoje o conhecemos não é recente. Antes, pelo contrário, é fruto de uma longa evolução, com períodos marcadamente diferentes. As sementes para o ensino comercial e de Contabilidade no Brasil foram lançadas no século XIX, com a vinda da Família Real Portuguesa, em 1808, e com a instituição formal das Aulas de Comércio e do Instituto Comercial do Rio de Janeiro. No século XX, o ensino da contabilidade passou a abranger os cursos profissionalizantes, a criação do ensino superior e a Pós-Graduação *Stricto Sensu* (PELEIAS, 2007).

Nesta circunstância, observa-se, acessoriamente a mobilidade social, por meio do ensino profissional a fim de criar inúmeras condições para que o agronegócio e o parque fabril funcionem, o comércio e os serviços consigam escoar e distribuir essa produção e contribua com impostos para o desenvolvimento econômico do país. Ainda é possível afirmar que o profissional contábil para atuar na administração pública ou privada, faz-se necessário possuir habilidades e qualificação que visem eficiência ao atendimento das demandas do mercado e da sociedade.

No que concerne ao ensino da unidade curricular, Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), no decorrer de 2008, após serem divulgadas as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), que almejam convergir as práticas de contabilidade vigentes aos padrões estabelecidos nas Normas Internacionais de Contabilidade, resgatando no setor público a essência da teoria contábil do patrimônio. Diante desse novo cenário mundial, o CFC publicou a Proposta Nacional de Conteúdo para os cursos de graduação em Ciências Contábeis

em 2009, adotando como base as NBCASP, quando foram apresentadas sugestões de componentes curriculares que devem integrar as matrizes curriculares nas três modalidades de ensino, quais sejam presencial, semipresencial e a distância.

Corroboram os autores Silva, Cajaíba e Farias (2012), ao referenciar que há uma preocupação da classe contábil em se adequar às novas exigências e normativas aos padrões internacionais e que há a necessidade de uma busca constante de adaptação e capacitação por parte dos profissionais envolvidos na execução da CASP.

Com a intenção de inteirar-se sobre qual o grau de atualização curricular do componente CASP nos diversos cursos oferecidos pelas IES, por meio de e-mail aos participantes da pesquisa, também foram solicitadas informações de quais foram as IES responsáveis por suas graduações. Com esse procedimento, obteve-se uma amostra de sete ementas da disciplina CASP, disponibilizadas eletronicamente pelas instituições que estão representadas pelas letras A, B, C, D, E, F e G.

Ao analisar as ementas foi possível verificar que todas as IES informaram nos respectivos PPCs que a estrutura curricular do curso de Ciências Contábeis da Instituição se orienta pela Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004, quanto aos conteúdos curriculares condutores da formação básica, profissional e teórico-prática no âmbito da formação de contadores. E que o curso está em consonância com a Resolução CNE/CES nº 2 de 18 de julho de 2007, que dispõe sobre carga horária e duração dos cursos de graduação, bacharelado.

Foi percebido nas análises que a instituição “A” o componente curricular está denominado Contabilidade Governamental, possui uma carga horária de 60 horas ofertada no 6º período. A instituição “B” o componente curricular está denominado de Contabilidade Aplicada ao Setor Público I e Contabilidade Aplicada ao Setor Público II, possui carga horária total de 40 horas, ofertadas no 3º e 4º períodos. A instituição “C” o componente curricular está denominado de Contabilidade Pública, de forma ultrapassada e possui uma carga horária de 72 horas, ofertada no 5º período. A instituição “D” o componente curricular está denominado de Contabilidade e Orçamento Público, ementa não disponível no *site* contrariando o disposto no decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. A IES E o componente curricular está

denominado de Contabilidade Aplicada ao Setor Público I e de Contabilidade Aplicada ao Setor Público II, possui carga horária total de 128 horas, ofertadas no 6º e 7º períodos. E por fim, nas instituições “F” e “G” o componente curricular está denominado como outrora de Contabilidade Pública, ambas possuem carga horária total de 60 horas e são ofertadas no 7º período.

Sabe-se que as instituições são organizações educativas que devem preparar os profissionais para o mercado de trabalho. Contudo, devem estar sempre atentas às transformações oriundas do ambiente em que estão inseridas, acompanhando as evoluções do mercado de trabalho, desenvolvendo Projetos Pedagógicos de Curso adequados com o perfil profissiográfico que se deseja do egresso, mantendo seus currículos atualizados e melhorando a capacitação do corpo docente.

Neste contexto, encontra-se o Curso de Ciências Contábeis, e como componente curricular específico e obrigatório, insere-se o ensino Contabilidade Aplicada ao Setor Público em conformidade com as NBCASP.

Desde a sua implementação, o Projeto Pedagógico de Curso e a organização curricular passam por reformulações para atender também, às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), às mudanças específicas da área da contabilidade, à Proposta Nacional de Conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis, aos princípios de qualidade e às necessidades de atualização a novas realidades impostas por novas legislações da área contábil e pelo mercado de trabalho.

Percebe-se que essas mudanças significativas ainda não foram devidamente incorporadas pelos currículos das IES hodiernas, o que reflete diretamente no desenvolvimento profissional dos futuros contadores.

Desta forma, entendemos que o currículo se constrói em espaço e contextos diferentes, o que significa dizer que cada IES possui uma realidade singular e se impõe desafios e formas de superações, cabendo ao docente a compreensão do trabalho pedagógico inerente ao professor.

3 ASPECTOS CULTURAIS E LEGAIS DA CONVERGÊNCIA DAS NORMAS INTERNACIONAIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

O ano de 2008 apresenta-se como marco na Contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, a partir da adoção dos padrões internacionais, por meio de regulamentação do CFC, que publicou as NBC T 16 (BRASIL, 2008). Essas normas representaram o ponto de partida em direção à convergência da Contabilidade do setor público brasileiro aos padrões internacionais, que foi seguida pela tradução das - IPSAS (BRASIL, 2012).

As transformações por que passou e vem passando a sociedade mundial demonstraram a necessidade de práticas que atendam os anseios dos usuários no que se refere à quantidade e qualidade das informações contábeis (PASINI, 2015). Nesse mesmo sentido, Lima et al. (2012, p. 4) ressaltam que:

a globalização está levando mais e mais organizações para o mercado internacional, elevando as exigências por melhores produtos e serviços, envolvendo fatores que perpassam diversas esferas. Deste modo, coloca em andamento um dado padrão de convergência, por exemplo, ao implementar programas e estratégias de mudança organizacional que visam, sobretudo, a padronização.

As consequências disso também demandaram das entidades públicas maior relação no que se refere à convergência às boas práticas de governança, tendo em consideração o crescente número de pessoas interessadas na qualidade das informações prestadas pela contabilidade. Por esta razão, as informações contidas nas demonstrações contábeis de uma Administração Pública devem possuir as características de utilidade, confiabilidade e transparência necessárias, que possibilitem a seu usuário, interno e externo, a consecução dos seus objetivos. (LIMA et al., 2012).

Tais práticas devem serem entendidas como sinônimo de práticas de governança, ou seja, padronizar e dar mais transparência, viabilizando o controle interno com eficácia e a execução orçamentária e financeira das instituições.

As instituições governamentais no Brasil, não obstante a LRF que regula boa

parte práticas de governança pelo governo e seus governantes exigindo transparência, conformidade, probidade e responsabilidade com o trato das finanças públicas.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

No que se refere à pesquisa dos ementários constantes dos PPCs, o CFC publicou a Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis em 2009, adotando como base as NBCASP, quando foram apresentadas sugestões de disciplinas que devem integrar as matrizes curriculares nacionais nas três modalidades, quais sejam, presencial, semipresencial e a distância.

Os componentes curriculares relacionados ao ensino da Contabilidade Pública fazem parte do conteúdo de formação profissional, estando em consonância com a Resolução MEC CNE/CES n.º 10/04, art. 5, II. Na Proposta Nacional de Conteúdo para Graduação em Ciências Contábeis, do ano de 2009, os conteúdos programáticos relacionados à Contabilidade Pública podem ser ministrados por meio de duas disciplinas, a saber: Gestão de Finanças Públicas e Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Quadro 1 - Componentes curriculares relacionados ao ensino da CASP

IES pesquisadas	Componentes Curriculares	Ementa
Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC	Denominação do componente curricular: Contabilidade Governamental	Conceito de Contabilidade Governamental. Administração pública. Orçamento público. Princípios orçamentários. Licitações e contratos administrativos. Sistemas de contas. Demonstrações contábeis. Responsabilidade fiscal.
	Período: 6º período	
	Carga horária: 60 horas	
Centro Universitário da Fundação Educacional de Guaxupé	Denominação componente curricular: Contabilidade Aplicada ao Setor Público I	Demonstrar a aplicação da contabilidade geral no segmento público, mantendo sua base comum como ciência e específica como técnica aplicada ao setor público onde, além dos aspectos comuns da contabilidade, acrescenta nos critérios e na estrutura, a peculiaridade de registrar e controlar os orçamentos em todas as suas fases e os atos potenciais que possam afetar o patrimônio no
	Período: 3º período	
	Carga horária: 20 horas	

		futuro.
Centro Universitário da Fundação Educacional de Guaxupé	Denominação componente curricular: Contabilidade Aplicada ao Setor Público II	Serviço público, administração pública, contabilidade pública, regimes contábeis, orçamento público, receita pública, despesa pública, restos a pagar, dívida pública, regime de adiantamento, patrimônio público, créditos adicionais, fundos especiais, assuntos
	Período: 4º período	
	Carga horária: 20 horas	
Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado - CESEP	Denominação componente curricular: Contabilidade Pública	Introduzir os alunos no campo de atuação da Contabilidade Pública possibilitando o conhecimento e a conceituação dos Demonstrativos Públicos obrigatórios, arrecadação e gastos públicos, orçamento publico, previsão, execução e contabilização.
	Período: 5º período	
	Carga horária: 72 horas	
Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto	Denominação componente curricular: Contabilidade e Orçamento Público	Não disponível no site contrariando o disposto no decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.
	Período: 7º período	
	Carga horária: 73 horas	
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS	Denominação componente curricular: Contabilidade Aplicada ao Setor Público I	Noções sobre as funções do Estado e da organização administrativa pública. Introdução ao orçamento público. Definições e normas dos orçamentos públicos. Classificação das receitas e despesas orçamentárias. Elaboração dos orçamentos. Orçamento público e controle da administração pelo TCU. A contabilidade de acordo com as normas de contabilidade aplicada ao setor público.
	Período: 6º período	
	Carga horária: 64 horas	
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS	Denominação componente curricular: Contabilidade Aplicada ao Setor Público II	Revisão. Execução orçamentária. Licitação pública. Dívida ativa. Lançamentos. Empenhos. Receitas adicionais. Contabilidade pública e seu campo de aplicação. Patrimônio público. Sistema de contas. Livros. Contabilização. Balanços: orçamentário, financeiro e patrimonial. Controle da administração pública.
	Período: 7º período	
	Carga horária: 64 horas	
Universidade Federal de Viçosa - UFV	Denominação componente curricular: Contabilidade Pública	Classificação e Aplicação. Noções Gerais de Contabilidade Pública. Patrimônio. Receita Pública. Despesa Pública. Estágios da Receita. Orçamento. Estágio da Despesa. Fundamentos legais e processo de planejamento. Execução orçamentária. Sistemas contábeis. Balanços públicos. Escrituração
	Período: 7º período	
	Carga horária: 60 horas	
Universidade Federal de Viçosa (UFV) – Campus de Rio Paranaíba	Denominação componente curricular: Contabilidade Pública	Classificação e Aplicação. Noções Gerais de Contabilidade Pública. Patrimônio. Receita Pública. Despesa Pública. Estágios da Receita. Orçamento. Estágio da Despesa. Fundamentos legais e processo de planejamento. Execução orçamentária. Sistemas contábeis. Balanços públicos. Escrituração
	Período: 7º período	
	Carga horária: 60 horas	

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

A coleta de dados foi aplicada aos contadores concursados, em uma Instituição Pública de ensino no Sul de Minas Gerais. A aplicação do questionário estruturado foi

realizada pela plataforma *Google Forms*, sendo enviado eletronicamente aos contadores.

Em relação ao gênero dos participantes da pesquisa, os resultados demonstram que 57% são do sexo feminino e 43% são do sexo masculino. Conforme observado nos dados da pesquisa, o número de mulheres atuando na área da contabilidade nesta Instituição Pública é bem maior em relação aos homens. Segundo Moreno, Santos e Santos (2015, p. 201) a mulher contabilista vem se transformando com o passar dos anos “tanto em sua maneira de ser profissional quanto em sua maneira de ser aceita no mercado de trabalho”. Um momento de transformação profissional juntamente com a globalização “permite com que a mulher contabilista venha conquistando mais espaço a cada dia”.

Ao sondar a percepção dos contadores sobre contabilidade aplicada ao setor público, procuramos entender de qual percepção estávamos falando. O termo “percepção”, por ser polissêmico, pode ser abordado por diversas perspectivas, tais como: filosófico, semiótico, mercadológico, entre outros. É importante explicitar nesta pesquisa o que se entende por percepção: o termo percepção vem do latim *perceptio, ónis*, que significa compreensão, faculdade de perceber; ver (HOUAISS, 2002).

Portanto, a opção destes pesquisadores foi caminhar na direção interdisciplinar que de acordo com Fazenda (2013, p. 18), “o que caracteriza a atitude interdisciplinar é a ousadia da busca, da pesquisa”, capazes de transpor barreiras pelo desejo de criar, de inovar e de ir além. Ou seja, por meio da atitude interdisciplinar na pesquisa é possível abrir os olhos em múltiplas direções.

Para obter uma maior compreensão sobre o grau de percepção dos contadores sobre o componente curricular Contabilidade Aplicada ao Setor Público os itens do questionário aplicado estão demonstrados no quadro 01.

Quadro 2 – Grau de percepção dos contadores sobre componente curricular Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Questões investigadas	Análise dos resultados
Avaliação do componente curricular contabilidade aplicada ao setor público (contabilidade pública) ministrado no seu curso de Ciências Contábeis	Os resultados evidenciaram que 79% dos contadores consideraram como insatisfatório e/ou razoável e 21% como bom. Além disso, os resultados revelam que a maioria dos contadores não se sente devidamente preparados com base nas normas e nos padrões internacionais.
Avaliação do componente curricular contabilidade aplicada ao setor público (contabilidade pública) ministrado no curso de Ciências Contábeis	Em relação à avaliação do componente curricular CASP ministrado no curso de Ciências Contábeis durante a formação acadêmica dos contadores, os resultados evidenciaram que 79% dos contadores consideraram como insatisfatório e/ou razoável e 21% como bom.
Percepção de interação entre os professores que sempre procuraram demonstrar a contribuição que o componente curricular tem para o desenvolvimento dos outros conteúdos do curso	A partir das análises das respostas dos contadores, 49% consideraram insatisfatório e/ou razoável, 37% consideraram bom e apenas 14% muito bom.
Percepção da integração apenas nos componentes curriculares específicos de Contabilidade	Também se percebe, a partir das análises das respostas dos contadores, que 44% consideraram insatisfatório e/ou razoável, 42% consideraram bom e apenas 14% muito bom.
Atualmente, como profissional, considero que todos os conhecimentos necessários para à atuação em Contabilidade Aplicada ao Setor Público foram contemplados durante o curso	Os resultados apontam quase uma unanimidade em relação à qualidade do conteúdo componente curricular CASP uma vez que 93% dos contadores respondentes concordam que não há transmissão de todos os conhecimentos necessários para a atuação em Contabilidade Aplicada ao Setor Público durante o curso.

As informações contábeis devem ser de fácil compreensão para todo e qualquer usuário. A manipulação e análise de tais informações, bem como as avaliações das situações das entidades necessitavam de padronização independente do contexto e do local onde se encontre	Cerca de 72% dos respondentes concordam que as peças produzidas pela Contabilidade Pública devem ser de fácil compreensão para qualquer leitor, sendo que 21% nem discordaram nem concordaram.
Com o processo de convergência às normas internacionais, foram instituídos pela Secretaria do Tesouro Nacional, os Manuais de Contabilidade Aplicados ao Setor Público, tendo como objetivo trazer maior transparência na situação do patrimônio líquido da entidade pública.	Os resultados apresentaram que 58% dos contadores respondentes manifestaram total concordância, (21%) parcial concordância e 21% não concordam nem discordam de que os Manuais de Contabilidade Aplicados ao Setor Público, vão possibilitar maior transparência na situação do patrimônio líquido da entidade pública.
A necessidade de harmonização das práticas contábeis apresentadas pelos órgãos internacionais, consolidam a contabilidade como linguagem universal dos negócios.	O resultado apresentou que 51% dos contadores respondentes manifestaram total concordância e (28%) parcial concordância o que nos leva a entender que a maioria concordou com afirmativa de que a Contabilidade é a linguagem dos negócios.
O processo de harmonização das práticas contábeis tornará as relações comerciais/financeiras entre os países, de fácil relação na busca de melhorias e troca de informações que serão esclarecidas e compreendidas (SOUZA, 2016, p.6).	O resultado revelou que 72% dos contadores concordam total ou parcialmente que o processo de harmonização das práticas contábeis facilitará as relações comerciais/financeiras entre os países. Entretanto, 21% dos contadores respondentes se mantiveram neutros, isto é, nem a favor nem contra e apenas 7% apresentaram uma discordância parcial.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Assim, foi possível inferir nos resultados coletados que a harmonização objetiva uma prática standardizada a fim de possibilitar uma redução das diferenças nas práticas contábeis, mas não na sua eliminação, visto que ela busca homogeneizar em termos internacionais, os princípios da Contabilidade, fazendo com que a linguagem se torne uniforme, possibilitando maior transparência na gestão pública ou privada sem se descuidar da prática do *compliance*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa buscou-se analisar o nível de compatibilidade entre os conteúdos do componente curricular CASP, constantes dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) de graduação em Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior (IES), principalmente da região do Sul de Minas Gerais, nas quais os contadores concluíram suas graduações, tais PPCs foram elaborados de acordo com a proposta curricular por um grupo de coordenadores de curso e publicados pelo

Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

Sobretudo, ao pesquisar e analisar os PPCs e os respectivos currículos das sete IES com o propósito de inteirar-se sobre o grau de atualização da ementa do componente curricular Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com fundamento no que foi pesquisado procurou-se responder ao problema de pesquisa do presente trabalho, bem como, aferir em que medida os objetivos específicos foram alcançados:

Ao analisar os PPCs e os respectivos currículos das IES com intuito de inteirar-se sobre o grau de atualização da ementa do componente curricular CASP concluímos ao logo da pesquisa realizada conforme textualizado na seção III, tais resultados apontam que em algumas IES pesquisadas estão comparativamente distantes das propostas curriculares pelo CFC e dos conteúdos das NBCASP. Observou-se que da amostra das sete IES, apenas uma atingiu a proposta do CFC e das NBCASP, talvez em razão da participação da coordenação do curso em eventos nacionais e regionais da classe contábil.

Observa-se que não há critério estabelecido na maioria dos PPCs, sendo as disciplinas oferecidas do segundo ao quarto ano. Entretanto, considerando os aspectos pedagógicos que devem nortear a elaboração do currículo entende-se que deve haver uma consolidação da base teórica da disciplina nos primeiros anos, em consequência o oferecimento de componentes curriculares mais específicos como a auditoria, perícia e contabilidade aplicada ao setor público, por exemplo, devem ocorrer nos últimos períodos do curso.

Pôde-se notar que a maioria dos PPCs o componente curricular CASP é oferecido entre o quinto ao oitavo período quando o discente já reúne conhecimentos básicos suficientes para um aprendizado mais específico e técnico. Vale ressaltar que em tais períodos, presume-se que os alunos possuam desenvolvimento cognitivo e experiencial suficientes sobre a ciência contábil e que lhes proporcione uma melhor apreensão do conhecimento técnico e da sua aplicação ao setor público, uma vez que os conceitos da contabilidade pública, por serem muito específicos, evidenciam variados aspectos decorrentes dos atos e fatos da gestão pública.

Diversos autores recomendam que as disciplinas relacionadas à CASP, tenham uma carga horária compatível e suficiente para aplicação do conteúdo programático de forma que permita ao aluno à aprendizagem com qualidade. Os autores recomendam que sejam ofertadas pelas IES a partir do quinto semestre, por entenderem que o aluno já reúne conhecimento necessário para o entendimento das práticas da contabilidade pública. Entretanto, foi observado na ementa curricular de uma IES a oferta da disciplina no segundo período.

Foi possível inferir que o nível de conformidade entre as ementas utilizadas dos PPCs sob a nossa ótica e à luz dos resultados obtidos em nossa pesquisa, em média, é muito baixo. Confirmou-se a necessidade de uma reorientação curricular no que se refere à quantidade de horas oferecidas bem como ao conteúdo curricular constante do ementário. Para a formação do conhecimento necessário para a atuação dos futuros profissionais na área pública e, bem como, há pouca transparência dos objetivos incutidos em cada componente curricular que também ficou evidenciado nos resultados da pesquisa.

Na sequência da análise foi realizada uma pesquisa com os contadores públicos da área contábil de uma IES particularmente do Sul de Minas, com o desígnio de identificar a percepção destes contadores sobre o processo de convergência às Normas Internacionais, além de conhecer a sua formação acadêmica.

Buscou-se analisar os resultados apresentados com relação as expectativas dos contadores em relação com as propostas pedagógicas dos cursos investigados. Foi verificado que houve quase uma unanimidade em relação à qualidade do conteúdo componente curricular CASP uma vez que noventa e três por cento dos contadores respondentes concordaram que não houve o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para a atuação em Contabilidade Aplicada ao Setor Público durante o curso. Depreende-se que esta lacuna curricular não deveria existir se houvesse um acompanhamento efetivo pelas IES das mudanças ocorridas na regulamentação da CASP. Portanto, conclui-se que existe a necessidade de maior capacitação para que esses contadores obtenham mais conhecimentos sobre o funcionamento da CASP, de conteúdos que deveriam ter sido oferecidos na

graduação, que foram buscados por alguns dos respondentes na especialização da pós-graduação.

Considerando os processos de mudanças e todos os aspectos legais envolvidos na contabilidade pública, na formação dos contadores, o componente específico e obrigatório, o ensino dos conhecimentos das NBCASP deve estar contido nos Projetos Pedagógicos de Cursos de Ciências Contábeis, com propósito de formar profissionais que dominem o campo do conhecimento como um todo, tendo condições de aplicá-lo em ramos específicos como, por exemplo, a contabilidade do setor público.

Acreditamos que outras pesquisas poderão ser realizadas nesse contexto verificando outros caminhos principalmente em relação ao currículo na acepção de Apple (2016), horária do curso, bem como, do conteúdo programático oferecido. Acresce a isso a importância do docente capacitado e especializado na área, sem esquecer-se da importância da atuação do MEC em relação às avaliações por ocasião do credenciamento de cursos e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Por fim, entendemos que essa é uma situação recente que não podemos desprezar é um sistema que possui muitos aspectos mercadológicos, financeiros e, inclusive, de internacionalização da educação superior brasileira. Ainda que o processo de mercantilização restrinja-se a poucas instituições de educação superior, essas organizações educacionais representam uma concentração expressiva de matrículas e de cursos. Mais do que isso, deve ser um elemento central na análise acerca dos limites e das possibilidades da política pública educacional e mostra-se incompatível com o preceito constitucional de que: a educação é um direito de todos; a educação é dever do Estado; a educação é dever da família e a educação deve ser incentivada pela sociedade. Torna-se necessário o acompanhamento e o aprofundamento das pesquisas sobre o tema e o planejamento de uma agenda de estudos que envolva levantamentos comparativos sobre o segmento mercantil da educação, uma vez que se trata de uma tendência internacional. Eis o ponto de chegada, que mais parece um ponto de partida para outras pesquisas...

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. A. O; ANDRADE, N. L. Qualidade da Educação em... Licínio Lima. In: COIMBRA, C. L. [et al.] (orgs). Qualidade em educação. Curitiba: CRV, 2011.

APPLE, Michael W. Ideologia e Currículo. Tradução Vinícius Figueira. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 15 ago. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. **Manual de Pronunciamentos Contábeis do Setor Público Internacional. Contém o conjunto completo dos pronunciamentos do International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB) sobre o IPSAS**, publicado em 30 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://www.ipsasb.org/publications/2016-handbook-international-public-sector-accounting-pronouncements-8>. Acesso em: 17 mar 2020.

CARDOSO, Rubia Caetano. **Ensino de contabilidade pública em IES da região do Norte do Brasil**: adequação às diretrizes propostas pelo CFC e às NBCASP. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2017. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/7160/R%C3%BAbia%20Caetano%20Cardoso_.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 fev. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resgate da memória contábil nos Estados**. CFC: Brasília, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução n.º 1.128, de 21 de novembro de 2008**. Aprova a NBC T 16.1 – conceituação, objeto e campo de aplicação, 2008. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao_Setor_Publico.pdf. Acesso em: 22 mar. 2020.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: um projeto em parceria**. São Paulo: Ed. Loyola, 1991.

HOUAISS, Antônio. Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. 1a Edição. São Paulo, Objetiva, 2002. CD-ROM.

LIMA, João Paulo Cavalcanti; ANTUNES, Maria Thereza Pompa; MENDONÇA NETO, Octavio Ribeiro de; PELEIAS, Ivam Ribeiro. Estudos de caso e sua implicação: proposta de um esquema teórico para pesquisas no campo da contabilidade. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v.6, n. 14, p. 127-144, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2352/235223852007.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MORENO, Marcia Moreira; SANTOS, Flávia Vianos dos; SANTOS, Cristina Barbosa. O fortalecimento da mulher na área contábil- crescimento e valorização profissional. **Estudos**, Goiânia, v.42, n.2, p. 201-210, abr./jun.2015. disponível em: <file:///C:/Users/user/Desktop/PPCS/4018-11691-1-PB.pdf>. Acesso em: 28 maio 2020.

PASINI, Adriana Kurtz. As Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS: adoção no Brasil. **RISUS - Journal on Innovation and Sustainability**, v.6, n.3, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/risus/article/viewFile/20396/19159>. Acesso em: 20 nov. 2019.

PELEIAS, Ivan Ricardo et al. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Contabilidade & Finanças**, v.18, spe, p. 19-32, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34221>. Acesso em: 15 mar. 2020.

SILVA, Géssica Israelle Alves; CAJAIBA, Kleber da Silva; FARIAS, Raissa Silveira de. Conteúdos programáticos *versus* proposta da Fundação Brasileira de Contabilidade para o ensino da CASP: similaridade ou dissimilitude? **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v.18, p.1-18, p. e2801, 2019. <http://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view>. Acesso em: 19 mar. 2020.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva ; SILVA, Silvia Helena dos Santos Costa e. Institutos Federais : expansão, perspectivas e desafios. **Revista de Ensino Interdisciplinar**, Mossoro, v.2, n. 5, p. 17-26, jul., 2016. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/view/1949>. Acesso em: 19 fev.2020.

VIANA, Clilson Castro; TAMER, Carla Macedo Velloso dos Santos; ABBUD, Maria Emilia de Oliveira Pereira; LIMA, Mariomar de Sales. Ensino de contabilidade nas instituições de ensino superior do Amazonas: análise quanto á adequação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. **Gestão & Aprendizagem**, João Pessoa, v.1, n.1, p. 95-122, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/mpgoa/article/view/15082/9195>. Acesso em: 20 abr. 2020.